

A ÁFRICA VISTA DO BRASIL

Uma pesquisa sôbre o modo pelo qual o **Jornal da Bahia** encarou a África de 1958 a 1969, inclusive as relações do Brasil com os países africanos.

ANANI DZIDZIENYO

Do International Race Studies Programme,
Institute of Race Relations, London.

Este ensaio tem por objetivo revelar a natureza das relações afro-brasileiras, não só examinando e analisando referências ocasionais sôbre o assunto que surgem, de tempos em tempos, em oportunidades tais como visitas de ministros estrangeiros, mas também pela análise de como um jornal, que possui a maior circulação matutina em uma cidade com estreitos vínculos com a África, se referiu à mesma e discutiu os acontecimentos africanos.

Tentar-se-á descobrir ainda se tais ligações com a África deram origem a qualquer notícia especial.

A suposição básica que sustenta êste trabalho é a de que os laços entre a África, especialmente sua costa ocidental, e a Bahia, que datam do século XVI, quando foram dali trazidos os primeiros escravos para o Brasil, são de forma que os baianos considerem a África como um importante elemento histórico-cultural na sua formação. Será feito assim um esforço para descobrir se êsse sentimento de afinidade provoca quaisquer conseqüências nas relações contemporâneas.

O período de investigação vai de 1958 a 1969, coincidindo com a época da desapareição dos aspectos formais do colonialismo europeu e da independência dos países africanos, com todos os problemas que se seguiram. 1958 marca o 1º aniversário da independência de Gana e o início de circulação do *Jornal da Bahia*.

As generalizações baseadas no material colhido no JB, como o jornal será denominado doravante, são sujeitas a debates por causa de sua natureza limitada; mas isso não me parece ser uma razão suficiente para a invalidação automática das mesmas.

Isto porque discute-se se, pela análise de um veículo de notícias (*newsmedia*), conclusões e hipóteses válidas poderão ser estendidas a tóda uma sociedade.

Requer-se aqui uma palavra de cautela. Uma vez que êste trabalho não é apenas um catálogo de notícias sôbre a África, as referências se restringirão às notícias publicadas, sejam elas simplesmente manchetes, editoriais ou reportagens de destaque que contribuam para a análise desejada, sendo que foram elas selecionadas a partir de um conjunto textualmente elaborado com tôdas as notícias referentes à África.

Com o desenvolvimento dos argumentos tornar-se-á evidente que, do ponto-de-vista histórico, um fator importante foi fundamental nas relações entre a Bahia e a África e continua a ser decisivo nas relações atuais — a posição de Portugal. Assim, estabelece-se uma relação tridimensional, com o Brasil ao centro, a ser influenciado por cada uma das duas partes. Não é possível debater-se, explicitamente, sôbre as relações do Brasil com a África sem chegar-se à compreensão de como Portugal se ajusta ao quadro. E de como a maneira de tal ajustamento se acha intrinsecamente ligada à presença constante de Portugal na África, em Angola, Moçambique e na Guiné Bissau, bem como no Brasil.

Levando em conta a insistência com que se afirmam os laços de parentesco entre portugueses e brasileiros, o que muitas vêzes faz declinar, senão obscurecer por completo, a contribuição africana na formação do Brasil, torna-se necessário repetir o que parece ser um fato evidente, o de que os portugueses não foram o único povo a dar vida e sangue ao Brasil, donde constituir uma distorção dos fatos históricos evocarem-se laços de sangue para justificar a necessidade do apoio brasileiro à posição de Portugal na África. Enquanto esta análise unilinear do passado do Brasil fôr mantida, prolongar-se-á o desprestígio do passado africano do Brasil.

Naturalmente houve uma diferença — a escravidão. E ainda persiste uma outra, pois enquanto os portugueses no Brasil podem relacionar-se com a mãe pátria, ter clubes e sociedades que lhe asseguram uma ligação sempre presente, os descendentes de africanos não possuem tais meios. Com isto não se quer negar o importante papel da religião afro-brasileira e seu impacto ainda muito vivo, especialmente na Bahia. Contudo, quanto aos laços sócio-culturais, políticos e econômicos, não se pode dizer que a descendência africana no Brasil pese na balança.

Com êste quadro em mente poderão ser feitas as seguintes perguntas:

(a) Admitido o fato do colonialismo na África não haver sido uma época que favorecesse a formação de laços de igualdade, que estado de coisas, ao menos superficialmente, foi alterado com a obtenção da independência pelos países africanos? Fomentou-se então uma nova consciência a respeito da África no Brasil?

(b) Se isto fôr verdade, até que ponto manifestou-se na Bahia, que é a mais africana das cidades brasileiras?

(c) Até que ponto a opinião dos baianos foi influenciada pelo fator “português” acima mencionado?

(d) Qual o futuro das relações do Brasil com a África, segundo a imprensa baiana?

Procurar-se-á responder às perguntas acima pela discussão que se segue, ao fim da qual surgirão algumas sugestões visando o estabelecimento de melhores e mais significativas relações afro-brasileiras.

Outra palavra de advertência: Bahia, nesse jornal, refere-se à Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia. Tem sido esta uma prática tradicional, sendo também costume referir-se ao resto do Estado como o “Interior”.

As primeiras notícias acêrca da África apareceram em novembro de 1958 e diziam respeito à descoberta de ex-baianos que residiam em um bairro de Lagos, Capital da Nigéria.

Romana Conceição e Joana dos Anjos eram membros dessa “Comunidade Brasileira”, cujas origens datavam dos tempos da escravidão.

As duas senhoras acima mencionadas tinham demonstrado desejo de vir ao Brasil para rever a terra e as suas coisas (1).

Três dias após a publicação dessa notícia, uma outra afirmativa, a de que alguns parentes daquelas senhoras afro-brasileiras tinham sido localizados em Nazaré das Farinhas, no Interior do Estado. Eduardo, filho mais velho do grupo de Nazaré, foi então descrito como “um autêntico negro hauçá” (2). O uso das palavras “autêntico negro” e “hauçá”, sem mais explicações, é bem significativo. Para os leitores do JB que se acham algo familiarizados com a história da Bahia, o termo “hauçá” provavelmente evoca lembranças de revoltas de escravos, especialmente a de 1835, documentos escritos em árabes, etc. Porém, é bem significativo ter sido o termo usado em 1958, sem qualquer intuito de explicar-lhe a importância em relação à África contemporânea. É êste provavelmente um exemplo de como a África é aqui julgada. O Continente parece ser habitado exclusivamente por “nagôs, hauçás, angolezes”, representando os africanos que haviam sido escravos na Bahia. Não existem fronteiras políticas ou geográficas nesse tipo de explicação e isto conduz à maior confusão possível a respeito da África atual.

A falta de exatidão na descrição das origens dos escravos ou, antes, a natureza confusa de tais descrições, que resulta de uma

1 — JORNAL DA BAHIA, Salvador, 20 de nov. 1958, p. 1, c. 1.

2 — Ibid, Salvador, 23 e 24 de nov. 1958, p. 1, c. 1.

falta de informações ou de conhecimentos exatos, deixou sem dúvida, sua marca na História (3).

É também significativo que as duas primeiras notícias sobre a África se refiram à questões da Afro-Brasília, chamando assim a atenção de leitores jovens para um aspecto real dessa relação histórica.

O próximo tópico foi também de natureza histórica. Foi ele uma reportagem sobre Manoel Donato de Santana, que tinha 90 anos de idade e passara a vida consertando pianos. Ele foi descrito como “um descendente de africanos” (4).

Não ficou bem claro se a alusão feita se referia a uma geração mais velha, considerada ainda africana ou a um descendente de africanos, sem qualquer dúvida.

A 29 de janeiro de 1960, foi publicada uma grande manchete na página 4. “*Povos africanos preferem morrer a renunciar independência*”, havendo sido este o ponto principal de uma mensagem que o Primeiro Ministro de Gana, Kwame Nkrumah, havia enviado a uma reunião de Estados africanos que se realizava na Tunísia (5). Embora a notícia houvesse sido escrita com base em despachos telegráficos diretos, sem nenhum comentário, o fato de receber um destaque importante, em duas colunas, é significativo.

À proporção que as edições do JB são examinadas a partir do início de 1960, a África começa a ganhar, cada vez mais, um tratamento melhor nas manchetes, refletindo o grande interesse sobre as notícias acerca dos acontecimentos da África, naquela época.

O Massacre de Sharpville, de março de 1960, durante o qual numerosos negros sul-africanos foram atacados a bala e assassinados, mereceu cobertura total. A 25 de março, cerca de meia página foi dedicada a tal acontecimento. O cabeçalho saiu impresso em grande tipagem:

“Aumenta indignação mundial contra o massacre de negros na África do Sul” (6).

No dia seguinte, foi publicado um pequeno tópico referente a um discurso do Secretário Geral da ONU, no qual se falava sobre “distúrbios raciais” na África (7).

Houve mais duas notícias em abril — a primeira sobre uma proposta ridícula do Governador Earl Long, da Louisiana (USA)

3 — VIANNA FILHO, Luiz. *O Negro na Bahia*. Prefácio de G. Freyre. São Paulo, J. Olympio Ed., 1946. 167 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

4 — JORNAL DA BAHIA, Salvador, 20 de fev. 1959, p. 1, c. 2.

5 — Ibid, Salvador, 29 de jan. 1960, p. 4, c. 1.

6 — Ibid, Salvador, 25 de março 1960, p. 4, c. 1.

7 — Ibid, Salvador, 26 de março 1960, p. 4, c. 1.

— segundo o qual os negros americanos deveriam ser deportados para a África (8).

A segunda foi uma notícia informando que o governo da África do Sul havia ordenado à polícia que matasse negros em Sharpsville (9).

O primeiro comentário editorial sobre a África surgiu a 2 de abril de 1960, sábado, sob o título “Segregação racial”, condenando veementemente a orientação política do governo sul-africano, responsável pelo massacre de Sharpsville bem como a proposta de Earl Long.

“Deve-se exigir que sejam respeitados os direitos humanos, entre os quais figura a supressão de humilhantes discriminações entre os cidadãos, por motivo de raça e de pigmentação da pele”, concluía o editorial (10).

Em conseqüência do massacre de Sharpsville, o Ministro brasileiro na África do Sul foi mesmo chamado ao Brasil para “consultas” (11).

A Câmara de Deputados do Brasil apoiou a posição do Presidente Kubitschek, deplorando o incidente e condenando os responsáveis pelo mesmo. O Deputado Colombo de Souza condenou a política racial sul-africana e declarou que o Brasil representava uma autêntica “democracia racial”, o que tornava impossível aos brasileiros aceitarem o sistema de discriminação racial sul-africano. Caso os brasileiros o aceitassem, estariam indo contra as próprias raízes de suas tradições e formação (12).

O período março-abril de 1960 foi sem dúvida de considerável atividade no JB, do ponto-de-vista particular dêste trabalho.

Entre maio e setembro de 1960, houve uma série de notícias focalizando o Congo (Kinshasa), assim como tópicos variados e uma nota acerca da formação da Federação do Mali, publicada em onze linhas sem a menor referência quanto à sua origem (13). A seguir, surgiu uma notícia sobre o assunto, em onze linhas, sem indicar absolutamente a sua procedência (13). E ainda uma vez foi publicada uma outra notícia, cujo valor efetivo foi por certo grandemente diminuído por falta de uma certa estrutura ou sustentação de base.

Mais dois exemplos dessa falta de estrutura poder-se-á ver na edição do domingo-segunda-feira, julho 17/18/de 1960 do JB trazendo a notícia da independência do Gabão, em 33 linhas curtas, sem comentários ou explicações (14). No mesmo número foi pu-

8 — Ibid, Salvador, 1 de abril 1960, p. 1, c. 1.

9 — Ibid, Salvador, 1 de abril 1960, p. 1, c. 1.

10 — Ibid, Salvador, 2 de abril 1960, p. 2, c. 1.

11 — Ibid, Salvador, 12 de abril 1960, p. 4, c. 1.

12 — Ibid, Salvador, 13 de abril 1960, p. 3, c. 1.

13 — Ibid, Salvador, 21 de jun. 1960, p. 4, c. 1.

14 — Ibid, Salvador, 17 e 18 jul. 1960, p. 4, c. 1.

blicada uma reportagem — “Estranhas imagens de terras distantes”, sôbre a conquista francesa e a sua administração na África Equatorial, na região do Lago Tchad (15).

O que poderia adequadamente ser denominado de primeiro debate sôbre a África contemporânea surgiu em setembro de 1960 sob o título “África de Hoje”, assinado por Pimentel Gomes. O aumento dramático do número de estados independentes e suas atitudes antinacionalistas foram debatidos; constituía-se numa espécie de catálogo no qual eram informadas as áreas, número de habitantes, história da colonização, etc., de cada país. Era a espécie de artigo que dava informações básicas e fornecia perspectivas, visando auxiliar o leitor a colocar os acontecimentos em seus lugares certos (16).

No dia seguinte, publicava-se o artigo “África em Fogo — Quebram-se os grilhões do colonialismo”, assinado por Lopez Amendola. O artigo se iniciava com uma citação de John Gunther, o autor de *Inside Africa, Inside Latin America*, etc., referindo-se à África como o “maior tesouro do mundo”. Partindo dos movimentos anticoloniais, êle prossegue discutindo a presença da União Soviética na África, simbolizada tanto pelo auxílio dado para a construção da reprêsa de Assuan, como por outras atividades em outras partes do Continente. Infelizmente devido a um defeito técnico, ou seja a impossibilidade total de leitura de 47 linhas, o resto do artigo, conforme se pode deduzir das partes legíveis, conclui pela certeza de ser a marcha para a independência, na África, algo irreversível (17).

Com êsses dois últimos artigos, poder-se-ia afirmar existir já um clima de melhor entendimento acêrca dos acontecimentos contemporâneos da África.

Uma outra notícia muito interessante foi publicada a 22 de outubro de 1960. Intitulava-se “Colonos do Congo” (18). O Governador Bias Fortes, do Estado de Minas Gerais, tivera a idéia e a comunicara à Embaixada da Bélgica de que os belgas que deixassem o Congo, especialmente os que tivessem prática de agricultura, poderiam vir para o Brasil, trazendo o seu *know-how*, e dêsse modo poderiam incrementar a produção agrícola brasileira. Em resposta a essa “maravilhosa” proposta, a Embaixada da Bélgica afirmou que era uma idéia “excelente”, porém impraticável, pela “simples” razão de nunca haver existido colonos belgas no Congo. Que a maioria dos belgas ali existentes eram funcionários burocratas do govêrno ou de grandes companhias. Alguns se haviam envolvido

15 — Ibid, Salvador, 17 e 18 jul. 1960, p. 3, c. 3.

16 — Ibid, Salvador, 17 de set. 1970, p. 4, c. 1.

17 — Ibid, Salvador, 18 de set. 1970, p. 7, c. 3.

18 — Ibid, Salvador, 18 de set. 1970, p. 7, c. 3.

em atividades agrícolas, mas principalmente como latifundiários, utilizando a mão-de-obra congoleza.

Com muita propriedade o JB não deixou passar a notícia sem comentá-la. Observou que, durante anos, os belgas vinham dizendo ao mundo que haviam levado o progresso aos infelizes negros. Como, porém, poderia existir um progresso trazido por representantes de grandes companhias cuja única preocupação era o lucro financeiro, a burocracia e o latifúndio? Tal espécie de gente provavelmente não estaria interessada no “progresso da população nativa”. Se a Bélgica tivesse realmente executado a sua “missão civilizadora”, não teria ocorrido a confusão causada pela independência (19).

Foi um comentário bem feito, revelando as contradições envolvidas na tal “missão civilizadora”. Esse comentário poderia, categoricamente, ajudar a compreensão de “missões” semelhantes afirmadas por outras potências coloniais da África.

Pimentel Gomes escreveu outro artigo concernente à África, em 8 de novembro de 1960. Debateu o estado das relações entre o Brasil e os países afro-asiáticos. E discutiu o papel de Portugal na questão. A natureza das relações luso-brasileiras teve implicações de longo alcance nas relações afro-asiáticas e brasileiras porque Portugal reivindicava sempre os “laços de família” que o ligavam ao Brasil, os quais, segundo o autor, fizeram com que o Brasil acompanhasse Portugal na sua política a respeito da África e Ásia. Gomes argumentava que o povo brasileiro era anticolonialista e a favor da independência total dos países africanos. Ele aguardava ainda uma nova alvorada com a posse de Quadros na Presidência da República, o que traria ares renovados para a melhoria das relações do Brasil com os povos da África.

“A miséria dos colonos da África deve ser conhecida e comentada para comover e revoltar a civilização ocidental”, salientava êle (20).

O artigo de Gomes abordou um ponto decisivo neste problema tridimensional — África-Brasil-Portugal.

Enquanto de uma parte surge o desejo de incentivar o progresso da nova África, por outro lado parece haver um sentimento de obrigação moral de apegar-se a Portugal com unhas e dentes. Um dilema moral parece existir, mas será êle real? A resposta a tal pergunta surgirá no decurso dêste artigo.

O que considero um passo para trás no clima aparentemente elucidativo sôbre as questões africanas surgiu em 7 de dezembro de 1960. Era uma charge bem encaixada no centro da 1ª página e com a legenda “Ah! se os tempos fôssem outros”, apresentando

19 — Ibid, Salvador, 22 de out. 1960, p. 2, c. 1.

20 — Ibid, Salvador, 8 de nov. 1960, p. 2, c. 1.

Lumumba amarrado, Mobutu com as mãos nos quadris, sonhando com uma panela a ferver e um “nativo” com um osso atravessado no nariz e com uma lança na mão (21). Essa charge só poderia fazer reviver velhos mitos acêrca da África. Êste não é um assunto comum, de grande significação, numa charge.

Admite-se mesmo que fôsse um caso de malícia premeditada. O que se salienta aqui é o efeito provável de tal charge estampada na primeira página.

Enquanto o Imperador da Etiópia estêve em visita oficial ao Brasil, em dezembro de 1960, houve um “golpe” contra êle e o JB publicou o ocorrido e as suas conseqüências, a 15 e 16 de dezembro. Foi publicada então uma outra “charge”, ainda na primeira página, mas com uma diferença. Apresentava o filho do imperador sentado no trono, com o imperador afastando-se e com a legenda: “Quem vai ao vento perde o assento”. Tal charge, porém, não poderia ser interpretada com malevolência (22-23).

Em janeiro de 1961, Pimentel Gomes escreveu a respeito do “Colonialismo de Salazar”. Observou que havia 98% de analfabetos nas colônias portuguesas da África. Mal havia escolas secundárias para a população africana, que formava 98% da população total. Êle descreveu a situação nas colônias portuguesas como “o sistema colonial mais atrasado do mundo”, donde a impossibilidade de os brasileiros serem a favor da orientação política de Portugal na África (24).

Houve um comentário editorial no dia posterior ao do artigo de Gomes, sob o título: “Relações com Salazar”, discutindo a natureza das relações luso-brasileiras, com referência particular a *affaire* do navio *Santa Maria*, envolvendo portugueses anti-salazaristas que haviam se apoderado do mesmo em alto mar e o conduzido para águas brasileiras. O regime de Salazar pedira a extradição dos implicados e isto inspirou o artigo sob o título “As mãos do Brasil estão atadas pela mística dos “laços especiais” que ligam Portugal ao Brasil” (25).

O objetivo do comentário era o de estabelecer onde uma linha de separação poderia ser traçada. E nos devolve ao dilema moral cuja validade foi questionada de referência ao tripé África-Brasil-Portugal, quando se discute sôbre o sistema colonial português na África. Como se deduz do incidente do *Santa Maria*, parece haver a inevitabilidade de essa linha ser traçada em um lugar qualquer.

21 — Ibid, Salvador, 7 de dez. 1960, p. 1, c. 1.

22 — Ibid, Salvador, 5 de dez. 1960, p. 1, c. 1.

23 — Ibid, Salvador, 6 de dez. 1960, p. 1, c. 1.

24 — Ibid, Salvador, 25 de jan. 1961, p. 4, c. 1.

25 — Ibid, Salvador, 26 de jan. 1961, p. 2, c. 1.

Para esclarecer a questão, a declaração do Ministro do Exterior, Afonso Arinos, a 3 de fevereiro de 1961 foi bastante significativa. Noticiaram ter êle dito que a luta contra o colonialismo e a aproximação com os povos da África e Ásia achavam-se entre as bases fundamentais da política estrangeira do nôvo govêrno (26). É importante acentuar a relevância da declaração acima mencionada, a fim de avaliar devidamente a evolução gradual das relações afro-brasileiras no que se relaciona ao sistema colonial na África.

A vinda de estudantes africanos para estudar na Universidade da Bahia (UFBa) mereceu grande cobertura em fevereiro de 1961. A 21 de fevereiro, o Prof. Agostinho da Silva, em entrevista ao JB, salientava que havia alguma dificuldade em traçar as origens da idéia de serem trazidos estudantes africanos para a Bahia. Contudo, tal idéia tornara-se uma realidade através dos esforços do Centro de Estudos Afro-Orientais.

Vieram estudantes da Nigéria, Gana, Serra Leoa, Senegal e Mali; estudariam Medicina, Engenharia e Arquitetura, e obtiveram bôlsas-de-estudo do Itamarati. Êle expressou a esperança dêsses estudantes se tornarem verdadeiros líderes e não simples portadores de diplomas (27).

A vinda para a Bahia dos estudantes africanos foi outra demonstração dos laços existentes da Bahia com a África.

“A Nova África” foi o título de outro artigo de Pimentel Gomes, publicado a 22 de fevereiro de 1961. Êle se apoiou no tema das mudanças recentes e dramáticas ocorridas na África e fêz também algumas comparações entre o Brasil e os países africanos. O fundamento dessa comparação era o de gozarem alguns países africanos, por exemplo Gana e Guiné, de um prestígio internacional totalmente desproporcional ao seu tamanho e aos seus recursos e de a imprensa mundial dar mais atenção às declarações de seus líderes do que ao Brasil.

Finalmente, êle observou que fatôres demográficos e recursos econômicos não conferiam automaticamente prestígio internacional a um país. A natureza da liderança era um fator decisivo. A marcha da Independência era evidente em todo o Continente africano. E conclui — “E as colônias portuguesas?” (28).

Levando em conta os primeiros artigos acima citados, os leitores do JB não teriam dificuldade em responder à pergunta.

O *affaire* “tridimensional” voltou ao noticiário em março de 1961. No dia 23, a manchete principal da primeira página dizia: “Brasil tomará posição — ONU vai debater a questão de Angola”.

26 — *Ibid*, Salvador, 3 de fev. 1961, p. 3, c. 1.

27 — *Ibid*, Salvador, 21 de jan. 1961, p. 7, c. 1.

28 — *Ibid*, Salvador, 22 de jan. 1961, p. 2, c. 1.

Noticiou-se então que embora o Brasil houvesse tradicionalmente sempre votado a favor de Portugal em tais questões, esperava-se agora uma mudança no modo de votar dos brasileiros. Isso representava novas perspectivas na política exterior brasileira (29).

A 24, uma outra manchete dizia: “Brasil vai intervir na guerra fria”.

O Ministro do Exterior, Afonso Arinos, tinha suscitado a questão durante um discurso inaugural na Faculdade de Direito de Brasília.

“O Brasil não pode ficar ausente do problema africano. O Brasil conseguiu por força de sua própria formação e costumes, superar o grande problema racial, o que nos coloca numa posição invejável de aproximação com países africanos. Nossa política externa se dirige também à África” (30).

Tal declaração expressava um sentimento nobre cujas consequências merecem a máxima atenção. Significaria que o “falso” dilema estava para ser resolvido?

Como se quisesse pôr um pouco de humor na questão, Gomes publicou “A Comunidade luso-brasileira”, a 29 de março de 1961. Ele propunha uma comunidade “realista” abrangendo todos os países de língua português. Cada país conservaria seu próprio govêrno, sua moeda corrente e suas forças armadas. Brasília seria a sede da “comunidade”, em vista do tamanho e dos recursos do Brasil, que lhe confeririam maior força econômica. Angola viria a seguir em importância. Embora fôsse o português a língua oficial, haveriam algumas dificuldades na prática, em vista do índice de 95% de analfabetos em Moçambique, conforme as estatísticas da UNESCO, significando que quase todo Moçambique não sabia falar português (31).

No dia seguinte a notícia que ocupou tôda a 1ª página desmentia êsse realismo:

“Brasil não votará no caso de Angola — Jânio atende apêlo de Salazar — Ficarâ neutro na votação” (32).

O apêlo, com base nos laços tradicionais, nas ligações de parentesco, etc., prevaleceria.

O JB de 2/3 de abril trazia a seguinte manchete:

“Contrário a uma política nacionalista — Criticado recuo de Jânio; Angola”.

O Deputado Ferro Costa lamentava então a abstenção do Brasil na votação na ONU sôbre o caso de Angola. Êle afirmou ser esta uma posição lamentável historicamente, e observou que a marcha para a Independência dos países africanos era irreversível e que com

29 — Ibid, Salvador, 23 de março 1961, p. 1, c. 1.

30 — Ibid, Salvador, 24 de março 1961, p. 1, c. 1.

31 — Ibid, Salvador, 29 de março 1961, p. 2, c. 1.

32 — Ibid, Salvador, 30 de março 1961, p. 1, c. 1.

tal conduta o Brasil conservar-se-ia, no decurso da História, no lado errado (33).

Seria surpresa não ter Pimentel Gomes algo a dizer a respeito daqueles recentes acontecimentos referentes às relações África-Brasil-Portugal.

E escrevendo no JB de 14/15 de maio, sob o título “O Brasil e Angola”, disse êle: “O Brasil está errado no caso de Angola. Mal aconselhado errou o Presidente Jânio Quadros modificando a sua primeira e acertadíssima deliberação”.

Vale a pena seguir-se a narração cronológica das contradições que êle a seguir pôs em destaque:

1) Em dezembro de 1960, por ordem do Presidente Quadros, o Brasil votou pela inclusão de Angola na Agenda do Comitê da ONU. De acôrdo com Gomes, houve então grande euforia na missão brasileira nas Nações Unidas.

2) Em fins de março de 1961, foi dada a ordem de abstenção.

3) Em abril, houve uma nova ordem para emitir-se um “voto anticolonialista”.

4) Durante a última semana de abril, surgira nova ordem de abstenção.

Caracteristicamente, êle concluiu o artigo com uma declaração bem expressiva:

“O Brasil votando contra o sanguinário colonialismo de Portugal não está votando contra Portugal. Somos amigos do povo português, mas de modo algum podemos aceitar a política do ditador”. “Decididamente o Brasil não pode ser a favor disso, nem poderá ser neutro” (34).

A colocação do problema, por sinal decisivo, feita por Gomes, constitui o âmago do que foi denominado nesse ensaio como “um falso dilema”.

Êle é uma conseqüência de uma análise deturpada e da apresentação errônea da questão. Para ver-se como se alcançou tal estado de coisas, é só percorrer-se um documento peculiaríssimo publicado no JB, 22/22 de maio, sob o título:

“Angola e os portugueses — Falando a verdade”.

Ocupando meia página, foi impresso em tipagem destacada e sem assinatura.

Entre outras coisas, alegava-se que os portugueses estavam bem cômicos do fato de sua partida de Angola apenas beneficiar os dois blocos de poder dominando o mundo, e não os próprios angolanos.

Os portugueses haviam levado para os angolanos a civilização cristã e a tradição portuguesa. Apelava-se então para que o povo

33 — Ibid, Salvador, 2 e 3 de abril 1961, p. 1, c. 1.

34 — Ibid, Salvador, 14 e 15 de abril 1961, p. 2, c. 2.

português, onde quer que estivesse, apoiasse o govêrno de Portugal naquela hora difícil.

A invocação do parentesco achava-se bem ali — “laços comuns de família unem brasileiros e portugueses”.

Os Estados Unidos foram atacados por “não terem nenhuma consideração pelos seus aliados”. E finalmente apelava-se para que todos os portugueses se unissem em *nome da liberdade* (35).

Não fôsse o tom sincero do documento, evocando o nome da liberdade a fim de defender a presença constante de Portugal na África, poderia o mesmo ser rejeitado como um ilogismo hilariante e patético por convocar para uma luta em prol de um colonialismo ultrapassado. No entanto, como foi apresentado, exige a nossa atenção, como um exemplo esclarecedor de como o problema do “parentesco” foi introduzido no quadro.

A implicação da afirmativa de que a retirada de Portugal de Angola nunca beneficiaria os próprios angolanos e de que a sua presença favoreceria aos angolanos, surge no entanto como algo incrível de ser dito naquela época.

A autoria anônima de um documento tão curioso poderia intrigar-nos. Contudo poder-se-á encontrar uma chave para a solução do mistério. Em seu *Brasil e África*, José Honório Rodrigues faz referência ao clubes portugueses, às Casas e Centros Culturais em todo o Brasil e explica como funcionam. Além da função puramente cultural de difundir o modo de vida português, sua história, sua música, etc., êles, as mais das vêzes, procuram refletir a posição oficial do Govêrno Português.

O JB publicou um comentário sôbre o livro de Rodrigues a 21 de dezembro de 1961. O ponto essencial foi a conexão do Brasil com a África. A Amazônia se relaciona com a África e as fronteiras do Nordeste terminam em Dacar. Nenhum Continente possuiria tantas afinidades geográficas, étnico-culturais e religiosas com o Brasil como a África. Além disso, a África era um mercado potencialmente próspero para os produtos industriais brasileiros. Daí haver uma necessidade urgente de esclarecer a opinião pública brasileira sôbre a África e abolir preconceitos do passado (36).

Não seria fora de propósito examinar bem de perto alguns dos pontos debatidos pelo próprio Honório Rodrigues. Êle se refere ao Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953 e promulgado em 1955, pelo Brasil e Portugal. As expectativas oficiais portuguesas quanto ao papel do Brasil podem ser reveladas pelo seguinte trecho, que faz parte de um depoimento de Almerindo Lessa:

35 — Ibid, Salvador, 21 e 22 de abril 1961, p. 4, c. 1.

36 — Ibid, Salvador, 21 de dez. 1961, p. 2, c. 1.

“O Brasil é e será uma vez mais, uma pedra fundamental na nossa política no Atlântico e implicitamente na nossa política africana”.

Da parte do Brasil, houve a opinião de João Neves da Fontoura, o principal arquiteto do Tratado de Amizade e Consulta, que havia sido Embaixador do Brasil em Lisboa.

“A política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política com os pais e irmãos. Vive com êles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras. Sem tratados. Sem compensações. Pela força do sangue”.

Segundo Fontoura, comenta José Honório Rodrigues, as relações do Brasil com Portugal não parecem ter sofrido nenhuma mudança desde 1822, ano em que o Brasil proclamou a sua independência.

Depois de mais de seis meses de uma cobertura mais ou menos constante dos acontecimentos do Congo, surgiu afinal um artigo de fundo sobre a questão, a 22 de dezembro: “*Paz no Congo*”. Esperava-se paz, muito em breve, para que se pusesse fim à enorme perda de vidas humanas. Não houve ali uma discussão real sobre como o problema do Congo afetava o Brasil ou qual a posição do JB quanto ao conflito entre o governo central congolês e o de Katanga (37).

Publicou-se novo artigo de fundo a 7 de outubro de 1962 sob o título “Brasil-África”, cujo tema principal era o de que a “política de aproximação” com os novos países da África, iniciada pelo presidente Quadros, não esperava produzir resultados imediatos. Isto porque havia muitos fatores complexos influenciando-a, e tais fatores não se achavam inteiramente sob o controle dos próprios brasileiros. Dizia mais: “Talvez no futuro os tempos sejam mais auspiciosos na colheita dos benefícios concretos dessa política. No momento as iniciativas culturais aparecem como as mais prováveis de êxito”.

Infelizmente, o artigo não colocou em debate os numerosos “fatores complexos”. A impressão deixada foi a de que o JB se mostrava bastante constrangido com a idéia da “aproximação” com os países da África. Isso não querendo dizer que houvesse qualquer oposição direta a tal política no comentário aqui referido (38).

Deu-se um passo positivo em relação às “atividades culturais” com a publicação de uma edição especial do JB, em inglês, dedicada à África. Conforme as palavras do próprio jornal, “teve esta edição, por objetivo, tornar acessíveis maiores informações e formar uma melhor consciência sobre a África, no espírito dos brasileiros, especialmente no povo da Bahia”.

37 — *Ibid*, Salvador, 22 de dez. 1961, p. 2, c. 1.

38 — *Ibid*, Salvador, 7 de out. 1962, p. 2, c. 1.

O Reitor Albérico Fraga, da UFBA, referiu-se à edição especial como “um meio de aproximação do Brasil com as jovens nações africanas” (39).

O Prof. Thales de Azevedo afirmou ser “fundamental para os destinos do povo brasileiro e outros países sul-americanos que saem do subdesenvolvimento para posições de liderança mundial, a criação de uma comunidade ao mesmo tempo política, econômica e cultural com os países que na África iniciam agora os mesmos caminhos” (40).

A edição especial do JB foi publicada a 14 de dezembro de 1961 sob o título “*The March of Africa Today*”. Compunha-se de 12 páginas abrangendo aspectos diversos da vida africana e das relações afro-brasileiras, 22 fotografias e uma “Mensagem da Bahia aos povos africanos”, acentuando os laços entre a África e a Bahia. As sobrevivências africanas na Bahia, por exemplo a língua iorubá, usada nos cultos religiosos, foram também discutidas. Nela figurava uma reportagem sobre estudantes africanos bolsistas na Bahia, sobre o Primeiro Congresso Internacional de Africanistas a realizar-se em Gana, do qual participaram dois baianos, o Prof. Waldir Freitas Oliveira e o Prof. Vivaldo Costa Lima, ambos do CEAO.

Havia retratos do bairro brasileiro de Lagos e um trabalho sobre ex-escravos baianos que retornaram à África Ocidental (41).

A edição especial destinava-se a penetrar bem na África. O *Jornal da Bahia* merece tôdas as felicitações por haver dado um passo realmente positivo nas relações afro-brasileiras. Contudo, é de lastimar-se que uma edição similar não fôsse feita para consumo caseiro, o que tornaria a África mais significativa para os baianos.

A partir de maio de 1963, surgiu uma série de artigos sobre líderes africanos, iniciada com a história da Organização da Unidade Africana. Foram eles escritos pelo Sr. Antônio Olinto, então adido Cultural do Brasil em Lagos. Eram dados biográficos de chefes de Estado africanos sob a forma de catálogo. Infelizmente, não havia mapas ou gráficos que capacitassem os leitores a colocarem os líderes e seus países em um contexto significativo. Como foram publicados, só poderiam ter significação para os que tivessem um conhecimento apenas razoável a respeito da África, tendo assim diminuído o seu grau de eficiência.

39 — Ibid, Salvador, 21 de nov. 1962, p. 1, c. 1.

40 — Ibid, Salvador, 29 de nov. 1962, p. 1, c. 1.

41 — Ibid, Salvador, 19 e 20 de maio 1963, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 6 de jul. 1963, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 7 de jul. 1963, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 19 de jul. 1963, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 21 de jul. 1963, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 26 de jun. 1963, p. 5, c. 1.

Ibid, Salvador, 7 e 8 de jul. 1963, p. 4, c. 1.

Essa falta de “estrutura” e de material de caráter informativo e prático acêrca da África poder-se-ia dizer constituir um obstáculo bastante sério para fazer a África mais conhecida pelo povo da Bahia.

Dona Romana Conceição, a quem Pierre Verger encontrou em Lagos, voltara à Bahia e ao Brasil. Ela havia deixado o Brasil em 1900 com os seus “avós africanos” e viajara durante seis meses antes de chegar à África. Agora, com a idade de 73 anos, voltava, rumando para Recife, onde nascera. Foi esta certamente uma “viagem sentimental” e deve ter servido para fazer reviver o passado africano do Brasil nas mentes dos leitores do *Jornal da Bahia*, ao verem o retrato daquela senhora vestida no estilo nigeriano (42).

Para os que possuísem um grau de conhecimento a respeito da “Afro-Brasília” deve ter ficado provado o fato de que, como no caso de Romana Conceição, que fôra levada para a África e cujos contactos com o Brasil foram mantidos, para muitos outros, tanto no Brasil como na África, o mesmo deveria ter ocorrido em razão de casualidades meramente históricas cujas origens se perderam ou não foram ainda encontradas. E o estudo de tais fatos seria uma tarefa para os estudiosos que fazem pesquisas acêrca das relações entre o Brasil e a África.

A visita do Presidente Senghor, do Senegal, à Bahia deu lugar a um outro artigo de fundo, em 21/22 de outubro de 1964, sob o título: “*A Visita de Senghor*”.

Dizia que os laços históricos existentes entre o Brasil e a África forçavam os brasileiros a prestar uma atenção particular aos acontecimentos dos novos países da África.

“O Continente negro contribuiu consideravelmente para a formação étnica do Brasil. Há outras razões culturais, como o fato de tanto o Brasil como a África pertencerem à parte menos desenvolvida do mundo dos nossos dias”.

Por tais razões, a visita de Senghor ao Brasil foi considerada importante (43).

O Presidente Senghor, por sua parte, considerou a edição especial do JB para os povos da África como algo histórico.

1965 foi um ano pobre de notícias acêrca da África. Publicaram-se seis notícias, principalmente radiofotos com legendas de poucas linhas.

River fala a respeito do Mali, Senegal e Guiné (4 de março), o Presidente Nyerere visita o presidente Mao (5 de março), o Prof. Reichert, do CEAO fala sôbre o islamismo na África (14, 15 de março), esta a única notícia digna de destaque, o Ministro belga da Tecnologia, em Ruanda; o *Ballet Africain* em Paris (abril); o

42 — Ibid, Salvador, 20 de jul. 1963, p. 1, c. 1.

43 — Ibid, Salvador, 21 e 22 de out. 1964, p. 2, c. 1.

44 — Ibid, Salvador, 16 e 17 de jan. 1966, p. 1, c. 1.

emissário de Gana em Hanoi (7 de agosto) para conversações relacionadas com a paz do Vietnã.

A África voltou ao noticiário e proeminentemente, em 1966. O Golpe Militar da Nigéria (janeiro) e o Golpe de Gana (fevereiro) obtiveram cobertura total, porém nenhum comentário realmente racional foi feito (44), (45), (46).

O fantasma anteriormente referido relacionado com a política dos “laços de sangue” ainda surgiria de vez em quando. A 20 de janeiro de 1967, publicou-se uma notícia procedente de um jornal português (*Diário de Notícias*, de Lisboa), dirigida ao conjunto dos diplomatas africanos no Brasil, a respeito da “aproximação brasileiro-portuguêsa”, especialmente em relação à África.

“É irrelevante criticar e perturbar uma amizade que se baseia no sangue, no sentimento e na cultura”. E após referir-se ao desafôro dos *adolescentes* Estados africanos, afirmava que “nada mais irrelevante e nada mais fora de todo o sentido da realidade do que pretender interpor críticas e perturbar uma amizade que se baseia, não em conveniências ocasionais de política, mas no sangue, no sentimento, na inteligência e no carinho” (47).

Não se considera importante insistir-se nessa evocação dos “laços de sangue”; basta dizer-se que o “sangue e a formação cultural do Brasil” não foram unicamente portugueses.

A “fuga” de Tshombe para a Argélia e sua captura em um avião assaltado em junho de 1967 deu origem a um comentário em forma de artigo de fundo intitulado — “Tshombe e o Congo”.

Disseram que embora Tshombe fôsse considerado um “símbolo da traição da África Independente”, “executá-lo provocaria a indignação da opinião internacional contra o Congo” — cujo govêrno exigia a sua extradição para que enfrentasse uma pena de morte imposta *in absentia*. Poderia também contribuir para fortalecer o neocolonialismo e dar-lhe uma oportunidade de intervenção posterior naquele país (48).

Mais dois comentários editoriais devem ser referidos — um publicado em 11 de setembro de 1969, e o outro, a 14/15 de setembro de 1969.

O primeiro saiu sob o que agora pode ser considerado um tópico familiar — *Brasil e África*, e fazia as seguintes observações:

“O Brasil enfrenta ainda hoje problemas semelhantes aos das nações africanas emancipadas e, portanto, não pode deixar de encerrar com simpatia os esforços que elas desenvolvem na luta pela

45 — *Ibid*, Salvador, 25 de fev. 1966, p. 4, c. 1.

Ibid, Salvador, 26 de fev. 1966, p. 1, c. 1.

46 — *Ibid*, Salvador, 1 de março 1966, p. 5, c. 1.

47 — *Ibid*, Salvador, 20 de jan. 1967, p. 1, c. 1.

48 — *Ibid*, Salvador, 20 de jan. 1967, p. 1, c. 1.

concretização das suas aspirações nacionais. À África estamos ligados inclusive por raízes históricas e culturais que nos são comuns. Justamente por tudo isto é que não se pode compreender o evidente distanciamento existente, no plano das relações concretas, entre nosso país e o chamado Continente negro”.

No setor do comércio internacional, afirmava deveria haver um relacionamento mais ativo, tendo em mente produtos tais como o cacau e o café. E acrescentava: — “Nosso govêrno ainda não compreendeu que a África constitui potencialmente um excepcional mercado para a colocação dos nossos manufaturados cuja produção é muitas vêzes contida por falta de compradores externos”.

Referiu-se ainda à antiga política de “aproximação” iniciada pelo Presidente Quadros, incluindo relações culturais e comerciais. O artigo terminava dizendo que uma relação essencialmente comercial seria produtiva para ambas as partes (49).

Uma vez mais o *Jornal da Bahia* merece congratulações por conservar viva a questão, sendo de lamentar porém de não haver sido feita menção a relações políticas de uma espécie contemporânea, o que é essencial a qualquer relação significativa entre o Brasil e a África.

O artigo de fundo de 14/15 de setembro de 1969, sob o título “Ditadura racista”, debatia a proclamação da República pelo Regime Smith, na Rodésia Meridional. O comentário salientava que aí a independência não trouxera a liberdade para um povo e sim propiciara o surgimento de uma nova opressão. — uma república baseada em uma ditadura racista de alguns brancos sôbre muitos pretos. Dizia — “É repetição do *apartheid* da África do Sul” e mais adiante — “cabe a todos nós lutar para que não se propaguem nem sobrevivam os racismos na África” (50).

São estas, realmente, palavras nobres. Teria sido interessante se alguma indicação ou sugestão tivesse sido apresentada a tal respeito.

Que conclusões podem ser tiradas do breve exame acima mencionado e que sugestões podem ser aventuradas para as relações afro-brasileiras?

Não parece ter havido qualquer esforço deliberado por parte do *Jornal da Bahia* para tratar a África como um caso especial em vista dos laços históricos e culturais com a África. As notícias sôbre o Continente, tal como se deduz dêsse trabalho, tratavam de assuntos ocasionais, por vêzes relacionados com o estado das relações África-Brasil, mas a questão foi tratada simplesmente como um fato histórico ou como um relacionamento comercial potencial. Quase nada foi dito sôbre as relações políticas.

49 — Ibid, Salvador, 11 de out. 1969, p. 4, c. 1.

50 — Ibid, Salvador, 14 e 15 de out. 1969, p. 4, c. 1.

Como já foi observado, o fator “laços de parentesco” é muito explorado por Portugal e seus porta-vozes.

Sem sugerir uma insistência semelhante por parte dos africanos, poder-se-ia ter falado mais acêrca da contribuição africana ao Brasil, além de sobrevivências religiosas e culturais. É de admirar não haver sociedades ou clubes “africanos” na Bahia e nenhum país africano manter um consulado ou centro de informações na Bahia. Supondo-se que os custos de manutenção de um tal estabelecimento não sejam pequenos, poderia haver um escritório mantido financeiramente, pelos países africanos que possuem embaixadas no Brasil.

A existência de tal estabelecimento poderia encaminhar notícias atualizadas, dando informações sôbre a África. Jornais, revistas, apresentação de filmes e outros meios poderiam aproximar a África contemporânea do povo da Bahia. A existência de tal grupo, com uma ação constante, asseguraria o interêsse e a boa vontade em relação à África tão evidentes e que assim seriam desperdiçados. Nesta conclusão quero porém fazer uma menção especial ao Centro de Estudos Afro-Orientais, dirigido pelo Prof. Waldir Freitas Oliveira, e que considero o único pôsto avançado da África na Bahia. A criação do grupo acima mencionado complementaria largamente o trabalho do Centro.

Referindo-se às relações entre o Brasil e a África em um nível político, não há contradição ao dizer que, nas circunstâncias atuais, ou seja, com a presença contínua de portugueses na África, Portugal continua presente e será lamentável que as evocações dos “laços de sangue” por Portugal continuem a influir na decisão das atitudes brasileiras quanto à África. Significaria isso uma traição ao “sangue” da África que contribuiu para formar o Brasil e ainda mais uma traição ao povo da Bahia que tantas recordações possui da África.

Sôbre o próprio *Jornal da Bahia*, aqui usado para representar a imprensa baiana, deve-se dizer que uma atenção considerável tem sido prestada à África, mas seria muito mais útil ainda se material de ordem prática, como mapas, etc., fôssem usados em reportagens sôbre a África. Levar-se-á muito tempo doutra maneira para elevar o grau de conhecimentos e informações acêrca da África e melhorar as relações entre o Brasil e a África.

NOTA

O autor declara-se muito agradecido ao Diretor, professôres e pessoal administrativo do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. por todo o auxílio que lhe foi dado durante sua estadia na Bahia.

Agradece também ao Sr. José Henrique de Castro, encarregado do Arquivo do *Jornal da Bahia*.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — RODRIGUES, José Honório. *Brasil e Africa, Outro Horizonte. Relações e Política Brasileiro-Africana*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1961. 359 p.
- 2 — VIANNA FILHO, Luiz. *O Negro na Bahia*. São Paulo, José Olympio Ed., 1946. 167 p. (Coleção Documentos Brasileiros).
- 3 — AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. 427 p.
- 4 — CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1950. 191 p. (Coleção Brasileira de Ouro).
- 5 — JUREMA, Aderbal. *Insurreições Negras no Brasil*. Recife, Ed. Mozart, 1935.

AFRICA AS SEEN FROM BRAZIL

Taking the newspaper "Jornal da Bahia" as a sample of the general opinion of the city papers, the Author does a detailed survey on the news and editorials on Africa published between 1958 and 1969. The assumption of the essay is that the historical ties between Africa and Bahia are so close that the natives of Bahia regard them as an important part of their cultural background.

The Author notes in the last part of his research that the Bahia press has not given Africa a special treatment as a case aside, in a measure due to the historical and cultural ties with Africa. In spite of the fact that the potential trade between Africa and Brazil had been reported, almost nothing had been published about the political relations. On the other hand the Author insists on the fact that in Bahia there are no cultural organizations supported by African countries, which helps to limit the public interest for the events of that part of the world. But he mentions the work done by the CEAO in developing the relations with Africa.

L'AFRIQUE VUE DU BRÉSIL

L'auteur effectue un dépouillement des articles et nouvelles parues dans le "Jornal da Bahia", durant la période 1958-1969, partant de l'hypothèse que les liens historiques liant Bahia à l'Afrique sont considérés par les Bahianais comme des éléments importants de leur propre formation.

L'auteur arrive à la conclusion que la presse bahianaise n'accorde aucun traitement spécial à l'Afrique. Seuls les relations commerciales et leurs potentialités sont mentionnés; presque rien n'est dit sur les relations politiques. D'autre part il n'existe pas à Bahia des organisations financés par les pays africains. Cette absence explique en partie le peu d'intérêt de public pour l'Afrique. Toutefois l'auteur salue le travail assumé par le Centre d'Études Afro-Orientales pour développer les relations entre le Brésil et l'Afrique.